

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie um e-mail para edr2@netcabo.pt a confirmar isso

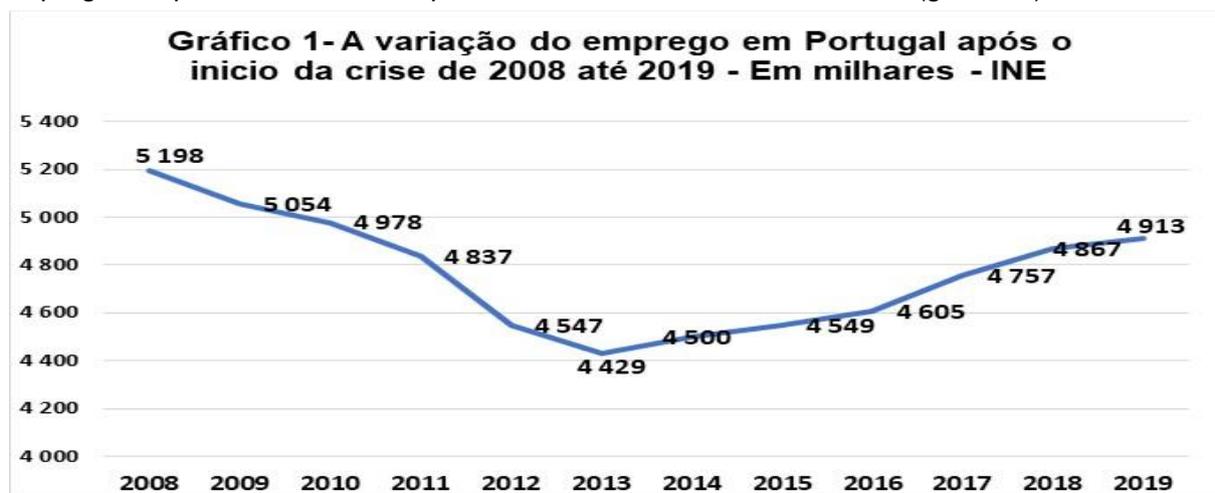
O "CORONAVIRUS", O ESTADO DE EMERGÊNCIA, A RECESSÃO ECONÓMICA PREVISIVEL, A DESTRUÇÃO DE EMPREGO E A DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM PORTUGAL

No nosso estudo anterior com o título "A SITUAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA E A SUA CAPACIDADE PARA SUPTORAR AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE CAUSADA PELO "CORONAVIRUS" / "COVID-19" E O RISCO DE RECESSÃO ECONÓMICA" procuramos chamar a atenção, utilizando apenas dados oficiais, para a fragilidade e a extrema dependência da economia portuguesa em relação aos mercados externos, no que se refere quer às importações quer às exportações, agora também profundamente afetados, e para a necessidade de não esquecer a economia, a eterna esquecida nos últimos dias devido ao medo que se espalhou por toda a sociedade portuguesa pois ela é a base material da vida de qualquer sociedade e sendo destruída as consequências graves para todos nós serão enormes

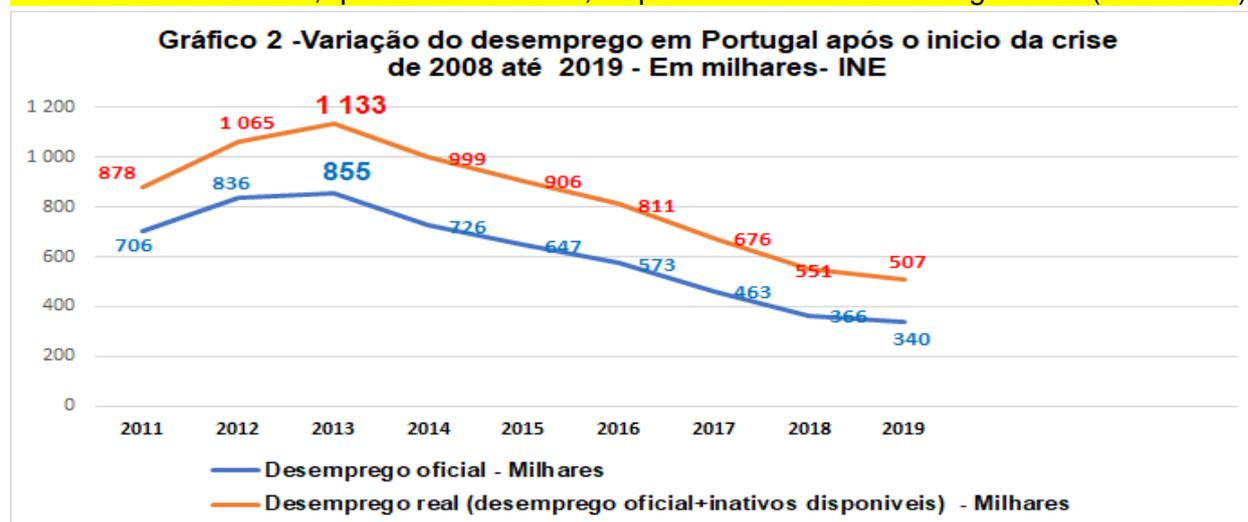
Agora que foi declarado o "Estado de emergência", embora flexível para assim conciliar a posição do Presidente da República e do 1º Ministro, que está já a causar choques no funcionamento da economia, até porque muitas empresas vão ser obrigadas a fechar, acrescido do medo e pânico que se instalou nas pessoas para o qual contribuíram os media, condicionando as próprias decisões dos responsáveis políticos, é importante alertar os portugueses para os riscos elevados que enfrentamos, assim como para a insuficiência inevitável de todas as medidas que o governo tome ou venha a tomar, devido à escassez de recursos que resulta da fragilidade da economia e do forte endividamento do Estado (ver estudo anterior). **É preciso dizer com clareza aos portugueses que se o país se mantiver em casa e parado durante muito tempo a recessão económica será inevitável assim como a destruição de emprego. Nós humanos compreendemos a necessidade de ficar em casa, mas a economia não perdoa nem há milagres na economia.**

A DESTRUÇÃO DO EMPREGO CAUSADA POR ESTA CRISE SERÁ MUITO MAIS RÁPIDA E MAIOR DO QUE NA CRISE 2008 SE O PAÍS SE MANTIVER EM CASA E PARADO DURANTE MUITO TEMPO

Para se poder ficar com ideia das consequências que poderá ter esta crise a nível de destruição do emprego é importante recordar o que aconteceu durante a crise de 2008 (gráfico 1)



Entre 2008 e 2013 foram destruídos em Portugal 769.000 empregos, pois o emprego diminuiu de 5.198.000 para 4.429.000, o que determinou que o desemprego e o sofrimento de centenas de milhares de famílias, que está associado, disparassem como revela o gráfico 2 (dados INE)



Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie um e-mail para edr2@netcabo.pt a confirmar isso

Entre 2011 e 2013 (*pico da crise*) o desemprego oficial aumentou em 428,1 mil mas o desemprego real, que se obtém adicionando ao desemprego oficial os “inativos disponíveis”, ou seja os desempregados que no período que o INE fez o inquérito não procuravam emprego, e o INE por isso não os considerou como desempregados, apesar de realmente o serem, aumentou em apenas 2 anos em 636,1 mil. A diferença em relação à crise atual, se não se não forem tomadas medidas que tenham em conta a fragilidade da nossa economia, e se não se combater o medo e o pânico que afetam muito a economia, verificar-se-á a mesma destruição de emprego ou mesmo maior mas de uma forma rápida, pois não vão ser precisos 2 anos para se atingir mais de um milhão de desempregados como aconteceu em 2013 na crise de 2008. E, em 2013, o nº de desempregados a receber subsídio de desemprego eram 653 mil, apenas 59,2% do total.

No entanto, apesar da destruição de postos de trabalho, entre 2008 e 2013, ter atingido 769 mil postos de trabalho, o número de trabalhadores com o ensino básico que perderam o emprego foi muito superior, como mostra o gráfico 3 (dados divulgados pelo INE).



Segundo o INE, entre 2008 e 2013, o número de trabalhadores com o ensino básico ou menos (até ao 3º ciclo) que perderam o emprego atingiu 1.152.000 e, entre 2013 e 2019 perderam o emprego mais 340.500 trabalhadores com o ensino básico ou menos, o que somados dá 1.495.700. Foi uma reconversão violenta da força de trabalho que expulsou do mercado do trabalho que lançou na miséria centenas de milhares de famílias de trabalhadores. Muitos destes postos de trabalho foram depois ocupados por trabalhadores com o ensino secundário e superior recebendo menos do que recebiam os trabalhadores despedidos. Foi desta forma que as entidades patronais conseguiram conter e mesmo diminuir os salários dos trabalhadores impondo uma economia baseada em baixos salários em que um número elevado de trabalhadores recebe apenas o salário mínimo (25% do total em Abri/2019, sendo as mulheres 31%). **É de prever que , com esta crise, suceda o mesmo embora com maior intensidade.**

TAL COMO ACONTECEU NA CRISE DE 2008 SERÃO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E OS SEUS TRABALHADORES QUE MAIS SOFRERÃO COM A ATUAL CRISE, MUITAS VÃO DESAPARECER

Os dados o quadro 1, que são do INE mostra, por um lado, a importância das micro e pequenas em Portugal em termos de emprego mas não só, mas também a debilidade deste setor de empresas que foi o mais destruído pela crise de 2008 e que poderá ser agora também.

Quadro 1- As micro e pequenas empresas em Portugal, a crise de 2008, e a situação em 2018

ANO	Total empresas-N.º	Pessoal de serviço -N.º	Pessoal Remunerado-N.º	Remunerações - 1000€	Remuneração média mensal	Dimensão média da empresa N.º pessoas/empresa
MICRO EMPRESAS						
2018	1 244 495	1 832 029	873 309	8 984 682	735 €	1,47
2013	1 077 294	1 613 327	806 108	7 172 633	636 €	1,50
2008	1 207 098	1 846 263	928 545	8 095 441	623 €	1,53
PEQUENAS EMPRESAS						
2018	42 581	781 782	779 069	10 844 234	994 €	18,36
2013	35 446	646 510	643 923	8 395 475	931 €	18,24
2008	46 383	842 130	837 845	10 062 741	858 €	18,16
MICRO EMPRESAS + PEQUENAS EMPRESAS (Soma)						
2018	1 287 076	2 613 811	1 652 378	19 828 916	857 €	2,03
2013	1 112 740	2 259 837	1 450 031	15 568 108	767 €	2,03
2008	1 253 481	2 688 393	1 766 390	18 158 182	734 €	2,14
2013-08	-140 741	-428 556	-316 359	-2 590 074		

FONTE: Empresas em Portugal - Edição INE- 2020

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie um e-mail para edr2@netcabo.pt a confirmar isso

Segundo o INE, entre 2008 e 2013 (*pico da crise*), o número de micro e pequenas empresas que fecharam atingiu 140.741; o emprego nelas que foi destruído totalizou 428.556 postos de trabalho (55,7% de todo o emprego destruído neste período) e o número de trabalhadores remunerados diminuiu em 316.359 nas micro e pequenas empresas. **O mesmo acontecerá nesta crise, embora de uma forma mais rápida impulsionado pelo medo e pânico do “coronavírus” e pelo Estado de Emergência que está a paralisar a economia.** E também isto porque o tecido empresarial constituído por micro e pequenas é extremamente frágil (*em média, 2 trabalhadores por empresa, com salários entre 735€ e 994€*) embora seja importante quer em número (1.287.076 de empresas em 2018) quer em emprego (*em 2018, 2.613.811 empregos e 1.652.378 trabalhadores remunerados*). Muitas destas empresas já fecharam (*quem percorra Lisboa e outras cidades, constata que o número de portas fechadas é já superior ao número de portas abertas, nomeadamente no setor da restauração*) por falta de clientes e por falta de liquidez (*basta uma quebra acentuada nas vendas ou o seu fecho mesmo temporário para não sobreviverem*). E a esmagadora maioria destas empresas não tem qualquer possibilidade de obter financiamento na banca porque não conseguem oferecer as garantias que a banca exige. Mesmo o apoio à tesouraria e liquidez anunciado mas ainda não concretizado pelo governo previsivelmente não chegará à maioria destas empresas e muitas desaparecerão. Esta crise económica que se verifica, em primeiro lugar, do lado da procura, que resulta do medo que se instalou na sociedade portuguesa pelo tratamento dado pelos media de uma forma desequilibrada a uma matéria tão sensível (*de manhã à noite a opinião pública foi massacrada com notícias negativas que geravam o medo*) e das medidas de encerramento das pessoas nas suas próprias casas e de fecho obrigatório de milhares de empresas pelo governo e, depois, do lado da oferta, com a previsível destruição de muitas empresas por falta de liquidez poderá ser ainda mais grave para as famílias portuguesas do que a grave crise de saúde pública do “coronavírus”. As grandes empresas aproveitaram a crise de 2008 para despedir 60.499 trabalhadores. O mesmo é de prever que aconteça agora. Algumas já anunciaram despedimentos ou o seu fecho (*ex. Continental, etc.*), o que agrava mais a situação. **É preciso proibir os despedimentos durante a crise como alguns países europeus já fizeram mas infelizmente a ministra da presidência deste governo, confrontada com essa pergunta, já disse na televisão o governo não tenciona proibir despedimentos o que, na prática, é um convite para que o façam.**

OS TRABALHADORES PRECARIOS SÃO OS MAIS VULNERÁVEIS À ATUAL CRISE E SERÃO OS PRIMEIROS A SEREM DESPEDIDOS SE NADA FOR FEITO PARA IMPEDIR ISSO

Tal como aconteceu com a crise de 2008, os trabalhadores com contratos a prazo são os mais vulneráveis à crise pois são mais facilmente despedidos, ou melhor, são os primeiros a serem despedidos como já está a acontecer. Segundo o INE, entre 2008 e 2013, os trabalhadores com contrato a termo diminuíram em 93 mil. E em 2019, segundo também o INE, o número de trabalhadores com contratos a prazo atingia 718 mil, o que é um total muito significativo tendo aumentado, entre 2013 e 2019, em 89,6 mil. Muito emprego criado neste período foi precário (*por ex. na restauração e no turismo*). E é importante olhar para a situação destes trabalhadores se a recessão económica atingir fortemente a nossa economia como é previsível.

Neste momento todos pedem o apoio do Estado. Até Nicolau dos Santos, numa recente entrevista dada num canal de televisão defendeu a nacionalização da TAP para que o Estado suportasse os prejuízos acumulados e previsivelmente os desta empresa devido à crise no setor de aviação para que, depois de saneada à custa de fundos públicos, fosse privatizada de novo.

Mas os recursos de um Estado fortemente endividado como o nosso (*ver estudo anterior*) e de uma Segurança Social que paga pensões de miséria são limitados até porque esses meios financeiros dependem da atividade económica, e se esta se afundar as receitas de impostos diminuirão significativamente e os descontos para a Segurança Social também cairão. E a capacidade do Estado e da Segurança Social para apoiar os trabalhadores e a economia diminuirá também significativamente. É preciso não esquecer que a economia, como Clinton dizia, é estúpida, mas não funciona por si. Ela depende do trabalho e da criatividade dos humanos e se eles ficarem em casa ela afundar-se-á. É preciso ter a coragem de lembrar isso num momento difícil como é este, pois até falar disso parece uma heresia agora. Um enorme endividamento do Estado só é uma solução transitória, mas que criará problemas graves no futuro porque a dívida terá de ser paga com impostos pagos pelos portugueses. Até pode causar uma nova crise. E a experiência neste campo tem sido dolorosa para os portugueses. Portanto, é preciso tratar desta questão com a máxima cautela mas o que é importante, para além do

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie um e-mail para edr2@netcabo.pt a confirmar isso

combate eficaz à epidemia, é garantir que a economia funcione. E todos devem contribuir para isso com o empenho como estão a contribuir para combater a epidemia pois todos sofreremos se isso for esquecido.

A QUEDA PREVISIVEL DA RIQUEZA ANUAL CRIADA NO PAÍS (PIB) E DOS RECURSOS DO ESTADO E O SEU RÁPIDO ENDIVIDAMENTO DEVIDO A ESTA CRISE SE O PAÍS FICAR PARADO E EM CASA POR MUITO TEMPO

Entre 2008 e 2013 (*pico da crise*) a riqueza criada anualmente no país (PIB), a preços constantes portanto deduzindo o efeito da subida de preços, diminuiu em 15.281 milhões € (*passou de 193.448 milhões € para 1178.169 milhões €*), ou seja em 8%. O investimento caiu drasticamente, pois o Consumo de Capital Fixo foi superior à Formação Bruta de Capital Fixo (*ver nosso estudo anterior*), o que destruiu uma parcela do aparelho produtivo nacional e fragilizou muito a economia. A situação difícil em que se encontra o SNS com equipamento obsoletos, com falta de equipamentos, em que o número de camas é um dos mais baixos dos países da U.E, com falta de profissionais é um exemplo concreto do que sucede a nível do país em muitos setores.

Se a uma forte depressão económica atingir o nosso país, se existirem setores que colapsem devido ao prolongamento da crise e do Estado de emergência, é previsível que enfrentemos de novo uma situação muito mais grave do que a da crise de 2008 porque está associada a uma pandemia geradora de medo e pânico, sendo por isso os seus efeitos a nível económico provavelmente rápidos e devastadores. E é de prever também que a queda na riqueza criada no país (PIB) possa ser muito mais acentuada e mais rápida do que a verificada na crise de 2008. Por isso, é importante que o governo tenha isso presente nas medidas que vai tomar para concretizar o Estado de Emergência e no seu prolongamento. As medidas a tomar terão de, por um lado, defender a vida dos portugueses contra o “coronavírus”, por outro lado, garantir o funcionamento da economia que é vital também para a vida dos portugueses sem o qual dificilmente podiam viver e, finalmente, assegurar a solidez do Estado importante para ter meios para combater o coronavírus, apoiar os portugueses e a economia, e garantir os serviços públicos.

Embora lutando contra a maré, e o politicamente correto, penso que os economistas têm o dever de alertar com verdade a opinião pública não ocultando as consequências graves de uma crise económica -financeira desta natureza e com a dimensão que ela pode atingir. Se o país parar e ficar em casa durante muito tempo ela será inevitável. É necessário que o governo e cada um de nós atue racional e equilibradamente, não se deixando condicionar pelo medo e pelo pânico que começou a espalhar na sociedade pois, caso contrário, os seus efeitos a nível económico e financeiro serão desastrosos. É necessário também que cada um de nós pense também o que pode e deve fazer para manter em funcionamento a economia fundamental para a nossa sobrevivência. E é importante que a comunicação social não fomente o medo e o pânico porque este também destrói a economia e a vida dos portugueses, mas tenha um comportamento equilibrado e responsável.

O RISCO DA CRISE SER APROVEITADA PARA DESTRUIR DIREITOS E PARA AUMENTAR A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

Em momentos como este, aproveitando o medo gerado pela crise, as forças dominantes do Capital procuram eliminar direitos dos trabalhadores (ex.: direito à greve), justificar despedimentos maciços, reduzir os salários aos trabalhadores (ex. lay-off), e exigir a multiplicação de apoios não reembolsáveis às empresas à custa do Orçamento do Estado, ou seja, à custa de receitas obtidas com impostos cobrados aos portugueses, como aconteceu na crise anterior com a banca.

Tudo isto é previsível também acontecer nesta crise, se já não começou a acontecer. Portanto é importante estar sobreaviso pois as exigências e mesmo a chantagem de entidades patronais, nomeadamente dos grandes patrões (*reivindicam diminuição de impostos do Estado e das contribuições para a Segurança Social, e a multiplicação de apoios do Estado como isto não fosse contraditório*) vão ser certamente enormes. É preciso estar atento, denunciá-las e lutar contra elas pois, caso contrário, os direitos dos trabalhadores estarão em risco, acentuar-se-á a exploração e as desigualdades que já são enormes no nosso país, e a sustentabilidade da Segurança Social e do próprio Estado poderão ser postos em causa.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt , 19-3-2020

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 4